

5º Exame de Ordem - 1ª fase - 1997

Direito Civil

1. Considerando-se os modos de aquisição dos direitos, podemos afirmar que:

- (a) A aquisição por usucapião é modo originário de aquisição de direito de propriedade, face a inexistência de vínculo jurídico com o antecessor;
- (b) A aquisição por usucapião é modo derivado de aquisição de direito de propriedade, desde que o imóvel se ache registrado no cartório de registro de imóveis;
- (c) A aquisição originária somente ocorre com as terras devolutas;
- (d) A aquisição originária será sempre onerosa e a título universal.

2. A proibição de venda do ascendente aos descendentes sem a concordância dos demais, configura:

- (a) Falta de aptidão intrínseca do agente; falta de capacidade;
- (b) Falta de legitimação; incapacidade de fato;
- (c) Falta de legitimação, ainda que haja capacidade;
- (d) Desde que haja capacidade, não existe proibição.

3. Podemos afirmar que será considerado nulo de pleno direito todo ato jurídico:

- (a) Quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- (b) Quando forem praticados por vício resultante de erro, dolo, simulação ou fraude;
- (c) Quando forem praticados por vício resultante de dolo, simulação ou fraude;
- (d) Quando praticados por pessoa relativamente incapaz.

4. Considerando-se o instituto da tradição no direito civil, podemos afirmar que:

- (a) Executam-se as obrigações assumidas verbalmente;
- (b) Não se transfere o domínio dos bens móveis;
- (c) Transfere-se o domínio de qualquer bem imóvel;
- (d) Transfere-se o domínio dos bens móveis.

5. Dentre outros, pode se afirmar que é direito inerente a todos os profissionais regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil:

- (a) Examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, inclusive os que tramitem em segredo de justiça;
- (b) Requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias;
- (c) Retirar autos de cartório, sempre que necessitar peticionar em defesa de interesse de seu cliente, independentemente da fase em que se encontre o processo;
- (d) Retirar os autos de cartório ou secretaria de tribunal independentemente de assinatura em livro de carga, desde que possua procuração com poderes da cláusula *ad judicium* outorgada por uma das partes litigantes ou que seja notoriamente conhecido na comarca ou tribunal pelos respectivos juízes e demais serventuários.

6. Nos termos da Lei nº 9.099/95, quanto aos Juizados Especiais Cíveis, podemos afirmar:

- (a) Somente as pessoas físicas podem figurar no pólo ativo da relação processual, sendo absoluta a competência desse juizado para dirimir causas de valor até 40 (quarenta) salários mínimos;
- (b) A competência não é absoluta, sendo opcional para o autor o processamento e julgamento de referidas causas, podendo figurar no pólo ativo pessoas jurídicas;

- (c) A competência é absoluta, cabendo às pessoas jurídicas fazer pedido contraposto;
- (d) A competência não é absoluta, cabendo opção de ingresso somente ao autor pessoa física.

7. Em execução promovida pela Fazenda Nacional, cabe ao devedor em defesa oferecer:

- (a) Contestação no prazo de 15 (quinze) dias após estar seguro o juízo com a penhora de bens;
- (b) Embargos de devedor no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da penhora pelo devedor;
- (c) Embargos de devedor, 10 (dez) dias após a citação válida;
- (d) Contestação somente quando for a hipótese de decadência e prescrição.

8. Nos juizados especiais cíveis as decisões interlocutórias:

- (a) São irrecorríveis, podendo, entretanto, a parte inconformada valer-se do mandado de segurança dirigido ao presidente do tribunal;
- (b) São irrecorríveis, cabendo agravo de petição ao colégio recursal;
- (c) Somente são irrecorríveis quando indeferem a denunciação da lide;
- (d) São irrecorríveis por falta de previsão específica, entretanto, ante a regra geral da recorribilidade das decisões, consagrando o princípio do duplo grau de jurisdição, cabe agravo de instrumento para o colégio recursal.

Direito Penal

9. Carlos Schiperto, médico, após longa conversação com seu paciente Rodrigo Otávio e com sua família, realiza uma intervenção cirúrgica, amputando-lhe a perna esquerda, que estava gangrenando. Assinale a alternativa correta:

- (a) Carlos praticou o crime de lesão corporal;
- (b) Carlos não cometeu crime, tendo em conta que a ação foi praticada no exercício regular de direito;
- (c) Carlos não cometeu crime, tendo em conta que a ação foi praticada no estrito cumprimento de dever legal;
- (d) Carlos não cometeu crime, tendo em conta que a ação foi praticada em estado de necessidade.

10. Flávia, após longa discussão com seu namorado Felipe, dá-lhe uma bofetada na face direita. Qual a infração penal praticada por Flávia?

- (a) Crime de injúria real;
- (b) Contravenção penal de vias de fato;
- (c) Crime de injúria real em concurso formal com a contravenção penal de vias de fato;
- (d) Crime de injúria real em concurso material com a contravenção penal de vias de fato.

11. Tício compareceu à 10ª Delegacia de Polícia e requereu a instauração de inquérito policial contra Caio, pela prática do crime de roubo, que sabe não ter sido praticado pelo último. O inquérito policial foi instaurado dez dias depois da apresentação do mencionado requerimento. Ressalte-se, outrossim, que a conduta de Tício foi motivada por uma irrelevante discussão travada entre ambos antes de oferecida a notícia de crime.

Pergunta-se: Tício praticou algum crime?

- (a) Tício não praticou nenhum ilícito penal;
- (b) Tício praticou o crime de denunciação caluniosa;
- (c) Tício praticou o delito de falsa comunicação de crime;
- (d) Tício praticou o crime de auto-acusação falsa.

12. Mévio foi condenado pela prática de delito previsto no Código Penal e encontra-se, atualmente, preso. Neste ínterim entra em vigor uma lei que beneficia o condenado com um tipo de indulgência soberana que extingue o delito. Por meio desse benefício além do delito desaparecer, a

primariedade de Mévio é restabelecida. Qual o nome desse benefício legal?

- (a) Indulto;
- (b) Anistia;
- (c) Graça;
- (d) Todas as respostas anteriores estão incorretas.

13. Álvaro Durão é condenado pelo Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca da Capital à pena de 5 (cinco) anos de reclusão pela prática do delito de roubo. Interposto o recurso apelatório pelo réu, o Tribunal *ad quem* mantém a decisão proferida pelo juiz sentenciante. Logo após a prolação da decisão colegiada, o apelante toma conhecimento de que seu defensor não estava regularmente inscrito junto à Ordem dos Advogados do Brasil, portanto, inabilitado para o exercício da advocacia. Assinale a alternativa correta:

- (a) A hipótese acima é de nulidade face a ausência de defesa técnica;
- (b) A hipótese acima é de nulidade face a ausência de autodefesa;
- (c) Não há nulidade, mas mera irregularidade;
- (d) Hipótese acima é de anulabilidade face a ausência de autodefesa.

14. O Ministério Público denuncia Ronaldo pelos crimes de estelionato e apropriação indébita. Posteriormente, ao final do procedimento criminal, o Juiz, dando ao fato imputado a Ronaldo definição jurídica diversa, condena-o pelo delito de falsidade ideológica. Responda o que ocorreu em relação à decisão acima mencionada:

- (a) *Mutatio libelli*;
- (b) *Emendatio libelli*;
- (c) Libelo-crime acusatório;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

15. João Mongrande constrange Jéssica, por meio de grave ameaça, a fim de obter da mesma uma certa importância pecuniária. O extorsionário é preso em flagrante, por policial anteriormente avisado pela vítima, no momento em que iria receber a vantagem exigida indevidamente. Assinale a alternativa correta em relação à citada prisão:

- (a) É caso de Flagrante Preparado;
- (b) É caso de Flagrante Presumido;
- (c) É caso de Flagrante Esperado;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. Mario Kalis é absolvido pelo Juiz de Direito da 26ª Vara Criminal, que julgou improcedente a pretensão acusatória, que afirmava ter ele praticado o delito de estupro. Ao julgar o recurso apelatório interposto pelo *Parquet*, o Tribunal *ad quem* declara nulo o processo a partir da citação do réu por edital. No entanto, o Ministério Público recorreu com base na prova, exclusivamente, não arguindo a nulidade declarada pelo Tribunal. Assinale a alternativa correta:

- (a) O Tribunal poderia acolher a citada nulidade, pois o reexame da decisão não estaria limitado ao apelo ministerial;
- (b) O Tribunal não poderia acolher nulidade não argüida no apelo;
- (c) O tribunal deveria *ex officio* acolher a nulidade;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- (a) Ausência em face de doença por 3 dias;
- (b) Ato de improbidade;
- (c) Ausência em virtude de nascimento de filho;
- (d) Aposentadoria por invalidez temporária.

18. Garantida a execução ou penhorados os bens, o executado para apresentar embargos terá o prazo de:

- (a) 8 dias;
- (b) 5 dias;
- (c) 15 dias;
- (d) 48 horas.

19. Inaccolhidos os Embargos à Execução, o executado poderá interpor:

- (a) Recurso Ordinário;
- (b) Agravo de Petição;
- (c) Agravo de Instrumento;
- (d) Embargos infringentes.

20. Contra os menores de 18 anos:

- (a) A prescrição é de dois anos;
- (b) Inexiste prescrição;
- (c) A prescrição é quinquenal;
- (d) A prescrição é vintenária.

21. Em caso de seguro-desemprego ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado:

- (a) Em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício;
- (b) Licença remunerada, durante o prazo desse benefício;
- (c) Afastamento por gozo de férias;
- (d) Licença por motivos particulares.

22. A Ação de Cumprimento é cabível:

- (a) Celebrado o acordo ou transitada em julgado a decisão;
- (b) Da nomeação de bens à penhora ou depósito garantidor do Juízo;
- (c) Da interposição dos Embargos à Execução;
- (d) Da propositura de Ação Rescisória.

Direito Comercial

23. O endosso é ato cambial porque:

- (a) Transfere direito;
- (b) Materializa-se mediante declaração do credor;
- (c) Só pode ser realizado pelo credor no próprio título de crédito;

(d) Pode ser feito em documento apartado.

24. A promessa de pagamento é declaração que deve ser expressa no momento da criação do título de crédito denominado:

- (a) Letra de câmbio;
- (b) Nota promissória;
- (c) Cheque;
- (d) Warrant.

25. A autonomia, como atributo do título de crédito, resulta da:

- (a) Declarações e assinatura do principal devedor;
- (b) Interdependência das obrigações nele contidas;
- (c) Da circunstância de não se vincular o título de crédito a nenhum contrato;
- (d) Da faculdade conferida ao credor de executar o emitente.

26. A falência é:

- (a) Um processo de execução coletiva;
- (b) Um acordo entre o devedor comerciante e seus credores quirografários;
- (c) Um concurso de credores proposto pelo devedor;
- (d) A moratória proposta pelo devedor.

Direito Tributário

27. Assinale a alternativa correta:

- (a) A União, por lei complementar, atendendo a razões de relevante interesse nacional ou regional, pode conceder isenções de tributos Estaduais e Municipais;
- (b) A extinção de crédito tributário, por compensação, só é possível se houver lei específica que a autorize;
- (c) O pagamento indevido de tributo apurado e recolhido pelo próprio contribuinte, sem qualquer participação da autoridade fiscal, não gera direito à restituição;
- (d) O crédito tributário extingue-se pela prescrição, no prazo de 5 (cinco) anos contado da ocorrência do fato gerador.

28. Incidem sobre a produção e a circulação de bens e serviços:

- (a) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, o imposto sobre importação de produtos estrangeiros e o imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- (b) O imposto sobre produtos industrializados, o imposto sobre serviços de qualquer natureza e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações;
- (c) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o imposto sobre a propriedade territorial rural e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações;
- (d) O imposto sobre a propriedade territorial rural, o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

29. Considerando a imunidade recíproca prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (a) É vedado aos Municípios a instituição de Taxa de Iluminação Pública e Taxa de Limpeza urbana sobre imóveis de propriedade da União, dos

Estados, Distrito Federal e respectivas autarquias;

(b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir tributos sobre o patrimônio e a renda de empresas públicas e sociedades de economia mista;

(c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas que beneficiem bens imóveis uns dos outros;

(d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços, uns dos outros.

30. Assinale a alternativa errada:

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

(a) A moratória;

(b) O depósito do seu valor integral;

(c) As reclamações e os recursos, nos termos das leis regulamentadoras do processo tributário administrativo;

(d) A impetração de mandado de segurança.

Direito Internacional

31. Sobre as espécies de documentos de viagem considerados válidos pelo ordenamento jurídico brasileiro podemos afirmar que:

(a) Título de Nacionalidade é o documento de viagem concedido pelas missões diplomáticas ou repartições consulares brasileiras ao estrangeiro residente no território nacional e que neste necessite reingressar, nos casos em que não disponha de passaporte válido;

(b) "Laissez-passer" é o documento de viagem concedido pelas missões diplomáticas ou repartições consulares brasileiras ao nacional brasileiro que, estando no exterior e necessitando regressar ao território nacional, não preencha os requisitos para a obtenção de novo passaporte;

(c) Permissão de Reingresso é o documento de viagem concedido pela Secretaria de Polícia Federal e pelas missões diplomáticas ou repartições consulares brasileiras, ao estrangeiro portador de documento de viagem não reconhecido pelo Governo brasileiro ou que não seja válido para o Brasil;

(d) Salvo-conduto é o documento de viagem concedido pela Secretaria de Polícia Federal, destinado a permitir a saída do território nacional daquele que obtiver asilo diplomático no Brasil.

32. Ao estrangeiro que pretenda ingressar no território brasileiro em viagem de negócios, pelo período de dois meses, poderá ser concedido o visto de:

(a) Cortesia;

(b) Oficial;

(c) Temporário;

(d) Permanente.

33. A atual Constituição brasileira menciona diversas formas de aquisição e perda da nacionalidade. Considerando o texto atual é INCORRETO afirmar que:

(a) Não terá a nacionalidade brasileira o filho de estrangeiros que estejam no Brasil a serviço de seu governo;

(b) Os estrangeiros oriundos de países cujo idioma oficial seja a Língua Portuguesa poderão requerer a nacionalidade brasileira, desde que residam no Brasil há mais de quinze anos e possuam idoneidade moral;

(c) O brasileiro naturalizado terá cancelada a sua naturalização, por sentença judicial, se cometer atividade nociva ao interesse nacional;

(d) Será brasileiro nato todo aquele nascido no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que retorne ao Brasil e opte, em qualquer

tempo, pela nacionalidade brasileira.

34. Em relação ao instituto da extradição, qual das assertivas abaixo é falsa?

- (a) Não se extraditará estrangeiro casado com brasileira ou que tenha filho de nacionalidade brasileira;
- (b) Segundo o ordenamento jurídico brasileiro só se concederá a extradição quando o Governo requerente fundamentar seu pedido em Tratado sobre a matéria, ou quando prometer ao Brasil a reciprocidade de tratamento;
- (c) A pena de extradição só poderá ser aplicada após a concessão do *exequatur* pelo Supremo Tribunal Federal;
- (d) Não será concedida a extradição quando o fato que a motiva constituir crime político.

Direito Constitucional

35. Assegura-se, em tema de Poder Constituinte e de alteração de texto constitucional, que é procedente a assertiva:

- (a) O Poder Constituinte originário, responsável, nos Estados Federais, pela organização dos Estado Federados, é inicial e limitado, apenas, às cláusulas pétreas;
- (b) É de ordem circunstancial a limitação que proíbe emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa e de estado de sítio;
- (c) A proposta de emenda à Constituição, aprovada pelas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos, em ambos, dos votos dos respectivos membros, será encaminhada ao Presidente da República que, aquiescendo, a sancionará;
- (d) O Poder Constituinte derivado é exercido pelo Municípios para a promulgação das leis orgânicas, com a contribuição dos Prefeitos Municipais.

36. Diz-se que a Constituição:

- (a) É flexível quando a sua modificação pode ser realizada pelo mesmo processo utilizado para a elaboração das leis ordinárias;
- (b) É rígida quando contempla, apenas, normas que disponham sobre a estrutura do Poder, os direitos e garantias fundamentais e a ordem econômica e social;
- (c) É semi-rígida quando possui uma parte flexível e outra rígida, facultada a alteração de ambas através de processo não qualificado de reforma;
- (d) É dogmática, sinônimo de costumeira, quando, resultante de lenta formação histórica, cristaliza tradições e fatos sócio-políticos como normas fundamentais do estado.

37. Podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade em face da Constituição Federal:

- (a) As leis e atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais;
- (b) Apenas as leis e atos normativos federais, estaduais e distritais;
- (c) Tão-somente as leis e atos normativos federais e estaduais;
- (d) Exclusivamente as leis e atos normativos federais.

38. Incluem-se entre as características essenciais da estrutura do Estado Federal:

- (a) A rigidez constitucional e a centralização política;
- (b) A auto-organização dos Estado Federados e s pluralidade de soberanias;
- (c) A descentralização política e a participação da vontade dos Estados Federados na formação da vontade nacional;
- (d) A dissolubilidade do vínculo federativo e a autonomia conferida à União.

39. Conceder-se-á mandado de injunção:

- (a) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- (b) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdade constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- (c) Para proteger direito líquido e certo, não amparado *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- (d) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidade governamentais ou de caráter público.

40. A ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural:

- (a) Pode ser ajuizada por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;
- (b) Só pode ser intentada por brasileiro nato;
- (c) É reservada aos cidadãos;
- (d) Admite que o Ministério Público dela se utilize para o fim de proceder a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Direito Administrativo

41. A desapropriação da propriedade somente se pode dar por necessidade ou utilidade públicas, ou por interesse social. A expedição, pelo Prefeito, de decreto declarando de utilidade pública determinada propriedade, para fins de desapropriação é, assim, exercício de poder administrativo:

- (a) Regulamentar, de efeito concreto;
- (b) De polícia, por envolver limitação de direito;
- (c) Vinculado à existência material do motivo;
- (d) Disciplinar da função social da propriedade.

42. NÃO constitui ato administrativo:

- (a) O julgamento, pelo Conselho de Contribuintes, de recurso contra multa em matéria tributária;
- (b) A deliberação do Tribunal de Contas aplicando multa a responsável por bens públicos;
- (c) A medida provisória recentemente editada para aumento da alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Físicas;
- (d) A nomeação, após aprovação do Senado, por voto secreto, de diretor do Banco Central.

43. O abuso do poder econômico que vise o aumento arbitrário dos lucros:

- (a) É lícito, salvo quando conduza à eliminação da concorrência e à dominação dos mercados;
- (b) Sujeita-se à repressão estatal, nos termos previstos em lei;
- (c) É crime, independentemente de lei que o preveja;
- (d) Insere-se entre os direitos de empresário, no regime de livre iniciativa.

44. A transferência, pelo Estado à empresa particular, da execução de um serviço público, pode ser feita mediante:

- (a) Desapropriação indireta, sucedida de declaração de utilidade pública;
- (b) Doação, precedida de delegação legislativa;
- (c) Revogação, ratificada por autorização legislativa;
- (d) **Concessão, antecedida de licitação.**

Deontologia Jurídica

45. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi escolhido em lista triíplice pelo Governador e empossado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB/RJ?

- (a) Continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (b) Continuará inscrito na OAB/RJ, ficando, porém, proibido de advogar apenas contra a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;
- (c) **Terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, por consequência, não poderá mais exercer a advocacia;**
- (d) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que exercer a atividade de Desembargador.

46. Quando fazia a sustentação oral numa Audiência de Instrução e Julgamento, na 35ª Vara Cível desta Capital, o Advogado do Autor injuriou e difamou Advogado do Réu. Sabendo-se que o Advogado goza de imunidade penal (Código Penal, art. 142, I) ou imunidade profissional (Lei nº 8.906/94, art. 7º § 2º), pergunta se: o que pode acontecer com o Advogado do Autor?

- (a) Ser processado criminalmente pela injúria e difamação proferidas;
- (b) **Ser advertido pelo Juiz da 35ª Vara Cível, que cassará a palavra dele e até o excluirá da Sala de Audiências, se ele continuar proferindo aquelas ofensas, podendo, ainda, ser punido pela OAB/RJ;**
- (c) Ser apenas processado e punido pela OAB/RJ;
- (d) Nada acontecer a ele, Advogado do Autor.

47. Um Advogado, que já foi punido com censura pela OAB/RJ, recusa se a prestar contas ao Cliente (que revogou seu mandato), alegando que este não pagou o saldo dos honorários devidos. Pergunta se: Que punição disciplinar poderá ser aplicada àquele Advogado?

- (a) Censura cumulada com multa;
- (b) Suspensão pelo prazo de trinta dias a doze meses;
- (c) Exclusão da OAB/RJ;
- (d) **Suspensão, pelo prazo mínimo de trinta dias e perdurando até que preste as contas devidas, cumulada com multa de uma a dez anuidades.**

48. Para patrocinar uma causa cível, o Advogado ajustou, verbalmente com o Cliente, os honorários advocatícios de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Concluído o trabalho profissional, o Cliente recusou-se a pagar os honorários ajustados.

Pergunta se: Qual o meio judicial próprio para aquele Advogado receber os referidos honorários?

- (a) **A Ação de Cobrança, pelo Procedimento Sumário;**
- (b) A Execução por Quantia Certa;
- (c) A Ação de Cobrança, pelo Procedimento Ordinário;
- (d) A Execução da Sentença nos autos do processo em que funcionou.

49. O Advogado José da Silva - que tem seu domicílio profissional no Rio de Janeiro e está inscrito apenas na OAB/RJ - foi constituído por um Cliente para patrocinar uma causa cível no Estado de São Paulo.

Pergunta se: Poderá fazê-lo?

- (a) Não, porque só pode advogar no Estado do Rio de Janeiro;
- (b) Só poderá fazê-lo se realizar uma Inscrição Suplementar na OAB/SP;
- (c) Só poderá fazê-lo se transferir sua inscrição para a OAB/SP;
- (d) Poderá fazê-lo sem estar inscrito na OAB/SP e sem qualquer comunicação à OAB/SP ou à OAB/RJ.

50. Um Advogado retirou de Cartório, mediante "carga", os autos de um processo e não os devolveu no prazo devido. Intimado a devolvê-los em 24:00 horas, também não o fez. Pergunta se: Ao todo, o que pode acontecer àquele Advogado?

- (a) Sujeitar-se à busca e apreensão dos autos; não poder retirar novamente aqueles autos; pagar multa de meio salário mínimo e ser punido disciplinarmente pela OAB;
- (b) Sujeitar-se à busca e apreensão dos autos; não poder retirar novamente aqueles autos; pagar multa de meio salário mínimo; ser punido disciplinarmente e ser punido criminalmente;
- (c) Sujeitar-se à busca e apreensão dos autos; ser punido pelo Juiz do processo e ser punido disciplinarmente pela OAB;
- (d) Apenas ser punido pela OAB.